



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-Eixo: Ênfase em Questão Urbana

REPENSANDO O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL CONTRATADO POR GERENCIADORA SOCIAL NA POLÍTICA HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Clenivalda França dos Santos¹

Resumo: Apresentado como pré-projeto de pesquisa para dissertação de mestrado, à Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, para processo seletivo da pós-graduação. Trata de um resgate histórico do trabalho do assistente social num processo de terceirização dentro da Secretaria Municipal de Habitação, numa perspectiva de garantia e efetivação de direitos, relacionando com o momento atual da política habitacional no município de São Paulo.

Palavras-chave: serviço social, política habitacional, gerenciadora social e prefeitura de São Paulo.

Abstract: Presented as a pre-research project for a master's thesis, to the Faculty of Social Service of the Pontifical Catholic University of São Paulo, for a postgraduate selection process. It deals with a historical rescue of the work of the social worker in a process of outsourcing within the Municipal Housing Department, in a perspective of guarantee and effectiveness of rights, relating to the current moment of housing policy in the city of São Paulo.

Key words: social service, housing policy, social management, and prefecture of São Paulo

INTRODUÇÃO

Desde a conclusão do curso, 1996, venho trabalhando na área da habitação de interesse social e também com outras políticas públicas sociais, através de vários tipos de contratações e cargos.

Em 2017, participando do Núcleo de Estudos em Movimentos Sociais – NEMOS – PUC-SP, nas discussões da pesquisa coordenada pelas professoras Rosângela Paz e Mariângela Belfiore, “Movimento Sociais e Serviço Social: formação, memória, impasses para atuação profissional na política habitacional”, do município de São Paulo.

Atualmente em fase de sistematização, com a elaboração de artigos e do relatório da pesquisa, a partir do trabalho acumulado em discussões e material escrito e gravado sobre: “A memória do Trabalho Social na Secretaria de Habitação Prefeitura de São Paulo, entre os anos 1970 e 2000.

¹ Estudante de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, E-mail: clenivaldafranca@uol.com.br.

A identificação foi imediata, pois, apesar de andar por tantas áreas da política social, atuei preponderantemente no campo da habitação, onde ainda atuo. Sempre como gestora, mantive vínculo de trabalho, inicialmente em cargos comissionadas e mais recentemente em contratos por gerenciadoras sociais.

A trajetória do trabalho social na Prefeitura de São Paulo na área de Habitação, especificamente na Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, iniciou na metade dos anos 80, como aponta Viera (2015), antes o trabalho social com as famílias de favelas era realizado pelos órgãos da assistência social – Secretaria de Bem-Estar Social.

No decorrer desse período tanto o trabalho com a comunidade que residia em favelas e/ou áreas precárias tiveram por parte de seus moradores uma maior organização, juntamente com o auxílio das Comunidades Eclesiais de Base.

Por sua vez, o Serviço Social, bem como formação e atuação dos profissionais também estavam passando por transformações, pois tratava-se de um período de luta pela redemocratização do País.

Dessa forma, a pesquisa pretende levantar, refletir sobre as condições de contratação via empresas terceirizadas/gerenciadoras sociais dos assistentes sociais e como era atuação desses profissionais, tendo que responder tanto para os seus chefes (empresa) como para os representantes dos órgãos públicos municipais.

Buscarei refletir também, como no atual cenário político e econômico, a política habitacional é exercida pelos assistentes sociais, que tem esse tipo vínculo empregatício, como ocorre a relativa autonomia do profissional, se é que ela é exercida.

Através dos resultados preliminares da pesquisa que ainda está em desenvolvimento, identificamos que a principal marca do trabalho social, foi o compromisso com os interesses da população e a sintonia com a pauta dos movimentos de moradia.

A busca é saber se isso também ocorria e ainda ocorre quando o trabalhador é contratado por gerenciadora social.

I. DESENVOLVIMENTO

Pretendo focar a análise no campo do trabalho do assistente social que é contratado por gerenciadora social, para executar a política de habitação de interesse social na Secretaria de Habitação, na Prefeitura de São Paulo.

Identificar os limites, possibilidades e construção de alternativas do trabalho cotidiano, onde esse trabalhador, a todo tempo, vive numa “corda bamba”, atender aos

interesses do seu empregador, executando suas atividades, de acordo com a legislação da profissão, dessa forma, efetivando os princípios do Código de Ética, ao compreender que todo direito social só se pode realizar no âmbito público, logo, obedecendo a formalização e orientações dos gestores da Secretaria Municipal de Habitação, sendo esses também seus chefes.

Problematização

Conforme, Behring, 2006, a partir dos anos 90, o Brasil, adentrou num período marcado por uma nova ofensiva burguesa, porém, mas uma vez, adaptando-se às requisições do capitalismo mundial.

Observa-se a ampliação da terceirização do trabalho social e a criação de empresas especializadas para prestação de serviços, fragmentando o trabalho, em descompasso com o planejamento urbano e impondo outra lógica na relação com os movimentos sociais.

É justamente nesse contexto que se inicia o processo de contratação de trabalhadores de serviço social na habitação através de processos terceirizados, primeiro, contratando apenas os profissionais e posteriormente a contratação das gerenciadoras sociais com toda a infraestrutura e equipamentos necessários.

Dessa forma, o objeto de pesquisa, diz respeito a participação dos assistentes sociais na Secretaria de Habitação, através de contratação via empresas terceirizadas e posteriormente por gerenciadoras sociais.

Pretende-se debruçar sobre os anos em que o trabalho social passou a fazer parte da Secretaria de Habitação na prefeitura de São Paulo.

Dessa forma, a pesquisa, se debruçará sobre quatro mandatos populares (1989-1992 – Luiza Erundina; 1993-1996-Paulo Maluf; 1997-2000 – Celso Pita e 2001-2004 – Marta Suplicy) e por fim, relacionar com o cenário atual que estamos vivendo.

Assim, a pesquisa, se debruçará sobre dois mandatos populares e dois mandatos do campo da direita.

Pretende-se com essa pesquisa identificar as marcas desse trabalho social na área habitacional, levantando a questão da contratação e execução via empresas terceirizadas/gerenciadoras sociais e problematizar como o compromisso ético-político tem se materializado no exercício profissional nesses espaços sócio-ocupacionais que executam programas da política de habitação de interesse social e as contradições que se expressam no cotidiano profissional.

Segundo Netto (2011), os projetos profissionais estão em sintonia com o projeto societário vigente, porém, em determinados momentos de acordo com a dinâmica social, interna ou externa à categoria, podem acontecer divergências entre as propostas.

Assim, um corpo profissional pode eleger outros valores que não os que estão postos para fundamentar sua direção política e social, gerando conflitos entre as posições políticas existentes na sociedade e o posicionamento do corpo profissional.

Esses conflitos estão diretamente relacionados a um ideal de sociedade, logo, extrapolam a categoria, portanto, não podem ser solucionados endogenamente. O produto, então, desse confronto é um norte, um horizonte que direciona as ações desse corpo profissional.

Para analisar a inserção do Serviço Social neste processo é fundamental resgatar o conteúdo histórico que a profissão percorreu ao longo de décadas no país, elencando os desdobramentos e a conjuntura política ao longo de seu desenvolvimento.

O Serviço Social evidencia-se em uma perspectiva histórica e complexa, pois o significado social da profissão só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade, isto é, a análise de suas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido a partir desse movimento.

Conforme Iamamoto, 2009, o exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais.

Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional.

Somente problematizando as expressões cotidianas e imediatas da realidade, e que se constituem em demandas às instituições e ao Serviço Social, o profissional pode exercitar uma relativa autonomia intelectual que oriente suas propostas de intervenção com base nas condições objetivas existentes.

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social e técnica do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes - a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial - e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob as novas formas a chamada "questão social", a qual torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. (IAMAMOTO, 2000, p.77).

Nesta perspectiva, cabe apreender as implicações políticas do exercício profissional que se desenvolvem no contexto de relações entre as classes sociais. Em linhas gerais, isso significa que a prática profissional é dimensionada sob um movimento de ampla ambiguidade, estando subdividida entre os interesses das classes sociais em relação, não podendo ser pensada fora desse contexto.

Esse entendimento sobre a profissão evidencia o lugar ocupado pelo Serviço Social na sociedade, visto que o mesmo participa tanto do processo de reprodução dos interesses do sistema de capital, quanto das respostas criadas pelo Estado para atender as necessidades de todos os que vivem do trabalho, relação essa extremamente contraditória e permeada por possibilidades e transformações. Iamamoto & Carvalho (2000, p.73) mencionam que:

O Serviço Social, a partir desse panorama, apresenta-se sob os seguintes ângulos, ou seja, como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais e que se expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional; e, também, como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que imprimem certa direção social ao exercício profissional, que independe de sua vontade e/ ou da consciência de seus agentes individuais.

As proposições aqui apresentadas situam o Serviço Social como uma profissão sócio-histórica datada do surgimento, intensificação e afirmação do sistema capitalista, e do desenvolvimento urbano moldado a partir do fluxo migratório da população para as cidades brasileiras no processo de industrialização do país.

Conforme Bonduki (2004), os primeiros núcleos de favelas no município de São Paulo teriam surgidos na década de 40 e pela iniciativa dos moradores de cortiço, sendo uma forma de resistência, pois, com aprovação da Lei de Inquilinato, uma vez que os proprietários dos cortiços não queriam mais alugar as casas, tendo em vista que essa Lei congelava o valor do aluguel.

Nos anos de 1942 a 1945, a própria administração pública, improvisa construções para aqueles moradores que residiam em áreas que seriam implantadas as Avenidas da Capital, dessa forma, a formação de favelas, também teve o reconhecimento do poder público, como uma possibilidade de moradia para a classe menos favorecida.

Ao decorrer de seu conteúdo histórico e das transformações societárias ocorridas na sociedade brasileira, a profissão foi adquirindo novos contornos a partir do que foi denominado como 'Movimento de Reconceituação do Serviço Social'² e representado

² O Movimento de Reconceituação do Serviço Social apresentava a proposta de romper com a tendência funcionalista de reforço ao conservadorismo, em busca de um referencial que desse uma nova

como um dos mais importantes momentos, pois é a partir dele que se adquire no interior da categoria não apenas um novo discurso, mas também, um novo posicionamento perante a estrutura societária vigente, além da busca por aprimoramento diante das novas demandas flexionadas nesse contexto.

Em virtude desse processo de conhecimento, nos quais a tradição marxista vai aparecer hegemonicamente como uma das referências básicas, o pensamento de Antônio Gramsci e, principalmente de sua abordagem sobre a Sociedade Civil e o Estado serão apropriadas pelo Serviço Social, buscando aproximação com a classe trabalhadora.

No entanto, esse processo de construção da hegemonia de novas referências teórico-metodológicas e interventivas, a partir da tradição marxista, trará para a profissão um amplo debate em diferentes locais, tanto de natureza acadêmica, como organizativa, permeando também a produção intelectual da área de Serviço Social.

Porém, mesmo frente às disputas de tendências teórico-metodológicas e ideopolíticas ocorridas nos diversos espaços no interior da categoria, será inegável a centralidade assumida pela tradição marxista nesse processo. (YAZBEK, 2009).

De acordo com Netto (apud YAZBEK, 2009),

(...) a maturação que expressa na passagem dos anos 80 para os anos 90 rupturas com o seu tradicional conservadorismo, que essa ruptura não signifique que o conservadorismo foi superado no interior da categoria profissional. Pois a herança conservadora e antimoderna, constitutiva da gênese da profissão atualiza-se e permanece presente nos tempos de hoje. Essa maturação que ocorreu dentro da categoria ganhou visibilidade na sociedade brasileira, entre outros aspectos, pela intervenção dos assistentes sociais, através de seus organismos representativos, nos processos de elaboração e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em dezembro de 1993 e também por sua implementação, além de outras políticas sociais públicas, com os processos descentralizadores que se instituem no país, no âmbito dessas políticas, que se observa a diversificação das demandas ao profissional de serviço social. (YAZBEK, 2009, p. 153)

Relacionado a esse avanço teórico-metodológico e organizativo da categoria, está o avanço do marco regulatório da legislação profissional como resultado da organização dos profissionais e dos representantes da categoria.

O que se percebe é que o Serviço Social, desde sua gênese, está muito relacionado com os acontecimentos políticos e econômicos que ocorrem no Brasil, mas também na América Latina. Esses acontecimentos não deixam os profissionais apáticos, ao

fundamentação teórico-metodológica à profissão. Consultar Netto, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64.

contrário, solicitam desses, sempre um posicionamento, refletindo diretamente na sua atuação profissional. Dessa forma, ao escolhermos estarmos ao lado dos trabalhadores, estamos também nos colocando nessa posição de trabalhador que luta pelos seus direitos.

Esse cenário vai solicitar dos profissionais de Serviço Social um novo olhar, um refletir sobre a lógica do capitalismo contemporâneo, principalmente, em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre os processos de desestruturação dos sistemas de proteção social e da política social.

No resgate histórico da pesquisa, evidencia-se um amadurecimento do trabalho social nessa área, bem como as várias funções que os profissionais vão assumindo, e a entrada dos terceirizados nesse campo. Posteriormente o comando das gerenciadoras sociais no trabalho realizado, demarcando o momento político e econômico em que o país estava, bem como os seus administradores públicos.

Dessa forma, supomos enriquecedor e profícuo um processo de pesquisa que resgate elementos para uma discussão no interior da academia, mas também entre os trabalhadores vinculados às gerenciadoras a fim de subsidiar elementos que venham contribuir com o debate sobre o trabalho social na área de habitação de interesse social, mas numa perspectiva desses trabalhadores, que são contratados de forma precarizada (nem sempre significa financeiramente), mas, essa precarização está ligada ao fato de poderem ser desligada do serviço a qualquer momento; trabalham num local onde seus pares, normalmente são contratados via concurso público ou através de cargo comissionados, e isso pode significar ter um “olhar subjugado” e uma certa “desqualificação” na sua atuação.

São trabalhadores que não podem interferir na concepção da política e são cobrados tanto pelos seus chefes (representantes das gerenciadoras) como seus chefes indiretos (administração pública).

Podendo deixá-los numa situação de desconforto tanto em relação ao seu entendimento da política habitacional de interesse social, como qual a melhor forma de executar seu trabalho, tendo em vista o projeto ético político da profissão.

Objeto de estudo

O objeto desse estudo é analisar o trabalho do assistente social que presta serviço para Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura de São Paulo, contratado por gerenciadora social. Quais as mediações e respostas que foram e são construídas, os

limites e possibilidades de exercício profissional na perspectiva da garantia de direitos da política social.

Objetivo Geral

Refletir e Analisar sobre o trabalho do assistente social contratado por empresa terceirizada/gerenciadora social na Secretaria de Habitação do município de São Paulo, bem como o seu significado sócio histórico da profissão nesse espaço ocupacional.

Específicos

- Identificar se a sua forma de contratação interfere na sua atuação profissional do assistente social e como isso é sentido por esse profissional;
- Identificar competências e atribuições do assistente social contratado por gerenciadora, em seus conteúdos teóricos e técnico-operativos, constituídos na relação com os outros sujeitos da política de habitação de interesse social;
- Apreender a relação entre a identidade profissional do assistente social contratado por gerenciadora e a profissão no campo da política de Habitação de Interesse Social (em seus diferentes projetos - urbanização, regularização, mutirão, provisão etc.);
- Levantar elementos para a discussão da dimensão política das ações profissionais dos assistentes sociais contratados por gerenciadoras sociais e,
- Contribuir para o avanço e o debate sobre os meios de contratação x a relação de execução do trabalho social numa direção do projeto ético político.

Procedimentos Metodológicos

Iniciarei a pesquisa com levantamento bibliográfico, teses e dissertações elaboradas sobre o tema específico e os relacionados.

A segunda fase do trabalho será fundamentada na pesquisa qualitativa, desenvolvida a partir de entrevistas e posterior categorização e análise das falas de Assistentes Sociais que atuaram na Secretaria de Habitação do município de São Paulo, contratadas por gerenciadoras sociais.

No que se refere ao desenvolvimento da pesquisa, a mesma contará com aprofundamento de estudos bibliográficos elencados à trabalho profissional do

assistente social, autores como Iamamoto, Netto, Raichelis, Yazbek, Martinelli e Paz, cujas obras nos apresenta a gênese da profissão, os momentos de rupturas, bem como as formas de precarização do trabalho do assistente social e também como é o trabalho do assistente social na política habitacional e nas suas várias formas de contratação, abordando o “estado da arte”.

Na aproximação com o espaço da gestão municipal será realizado o levantamento e estudo dos relatórios da administração pública e também das gerenciadoras sociais, correspondente aos anos 80 até 2004 (período da pesquisa) tendo como intuito buscar respostas às indagações que serão levantadas.

Para ampliação do repertório e para proporcionar a dimensão qualitativa da pesquisa, este trabalho irá propor diálogos e entrevistas com assistentes sociais, gestoras do gerenciamento social, prestadores de serviço da Secretaria de Habitação de São Paulo -SEHAB pela Prefeitura Municipal de São Paulo; visando dimensionar a realidade vivida e representada (conflitos, receios, preconceitos, precarização/terceirização) por esses trabalhadores.

Por entender que apenas com a apropriação crítica será possível criar e repensar estratégias de combate à precarização da forma de contratação, bem como do exercício profissional e do preconceito sofridos por esses profissionais.

Tendo em vista que esses profissionais possam exercer, mesmo nesses espaços, com essa forma de contratação a “relativa autonomia”, respalda pela Lei nº 8.662 /93 que regulamenta a profissão e sem infringir o código de ética profissional.

Também priorizarei a participação em fóruns e reuniões de articulação, bem como participação de conselhos de controle social, para análise e coleta de dados sobre funcionamento e dinâmica dos serviços.

II. CONCLUSÃO

O caráter preliminar do projeto exige ainda muitas considerações relacionadas à problematização e delimitação do objeto, uma clara necessidade de aprofundamento, leitura crítica e compreensão da atual configuração do Estado, especialmente no que se refere ao contexto de contra-reforma. O aprofundamento e estudo sobre o trabalho profissional da contemporaneidade, seus desafios e perspectivas de intervenção.

É a partir dessas considerações, que entendo ser relevante a compreensão do papel do Estado e a configuração no contexto de contra-reforma, o significado das organizações da sociedade civil na gestão dos serviços públicos, as perspectivas de garantia de direitos nesse cenário, e por fim as possibilidades de consolidação do 'projeto ético político e profissional' dos assistentes sociais inseridos nesses espaços sócio-ocupacionais.

Todo esse cenário vai afetar as condições de trabalho do assistente social e colocar a profissão diante de inúmeros desafios, dentre os quais é importante ressaltar: a importância do pensamento e leitura crítica da realidade; a compreensão da profissão inserida nos processos de trabalho presentes na sociedade, e como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, por isso portadora de autonomia relativa³, por configurar-se como um profissional assalariado na execução do seu trabalho; e por fim, o desafio da construção de respostas rumo preservação e garantia de direitos conquistados historicamente.

O projeto ético político do Serviço Social, gestado ao longo de toda uma trajetória de lutas e revisão crítica da profissão, tem o horizonte da defesa da liberdade, dos direitos e da cidadania, como fundamento do seu trabalho comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Levar a diante a defesa desses interesses, a concretização do exercício profissional crítico e competente, vai exigir do profissional uma visão histórica e processual da realidade e o reconhecimento dos limites e as possibilidades dadas pela realidade.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria; TERRA, Sylvia. **Código de Ética de Assistente Social Comentado**. CFESS (Org.), São Paulo: Cortez, 2012.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social NO Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 4.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

³ Autonomia relativa – condicionada pelas lutas hegemônicas presentes na sociedade que alargam ou retraem as bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo assistente social ao seu exercício, permeada por interesses de classes e grupos sociais, que incidem nas condições que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento de necessidades de segmentos majoritários das classes trabalhadoras (IAMAMOTO, 2010, pg. 415).

_____. **Os pioneiros da habitação social** - v. 1: cem anos de construção de política pública no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP; Ed. SESC, 2014.

ERUNDINA, Luiza. Memória da Associação Profissional dos Assistentes Sociais (APASSP), 2000.
Disponível em: <http://exerciciodapaixaopolitica.blogspot.com/2011/11/memoria-da-associacao-profissional-dos.html>. Acesso em 21/10/2018.

Gil, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5a edição. Atlas, 2010.

KOGA, Dirce; GANEV, Eliane; FAVERO, Eunice (Orgs). **Cidades e Questões sociais**. São Paulo: Terrocota, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. & CARVALHO Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. – 13 ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2000.

MARQUES, Eduardo. Condições Habitacionais e Urbanas no Brasil. In **Trajетórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp. 2015.

MINAYO, Cecilia de Souza (organizadora), Deslandes, Fernandes Suely, GOMES Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**, 32ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16ª edição- São Paulo: Cortez, 2011.

PAZ, Rosângela D. O. da; TABOADA, Kleyd Junqueira. Conceitos básicos para intervenções habitacionais. In: **Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social**. Ministério das Cidades. Curso a Distância, 2010.

ROSSATTO, Tuane. **A dimensão política do Serviço Social – um estudo do trabalho profissional com a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2018.

Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 760p. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. V.1).

VIEIRA, Nuria Pardillos. **O trabalho do Assistente Social nos Processos de Remoção de Moradias: atualizações de antigas requisições**. Tese

(Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social** – 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.